



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 083

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 150ª SESSÃO, EM 7 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 259/86 (nº 390/86, na origem), referente à escolha do Sr. Paulo da Costa Franco, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR JAMIL HADDAD — Sesquicentário de nascimento do compositor Carlos Gomes.

SENADOR JORGE KALUME — Reexame do horário fixado para funcionamento dos estabelecimentos bancários.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Aplauso à medida adotada pelo Ministério da Fazenda, visando coibir o uso indevido dos recursos dos bancos estaduais com finalidades políticas, nas eleições de 82.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO — Aduzindo novos comentários às críticas formuladas por S. Ex^a, em sessão anterior, à administração da Caixa Econômica Federal.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 31/86 (nº 7.596/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos nos ofícios judiciais da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências. (Em regime de urgência.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000.00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 97/86, solicitando, nos termos do art. 195, inciso I do Regimento Interno, a in-

clusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 160/86, solicitando, nos termos dos arts. 75, 75-A, 76 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Especial, composta de 7 membros para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre a Reforma Tributária. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR AMIR GAUDÊNCIO — Problema fundiário brasileiro.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 150ª Sessão, em 7 de agosto de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs.: José Fragelli e Passos Pôrto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Amir Gaudêncio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Alaor Coutinho —

Luiz Viana — Jamil Haddad — José Fragelli — Arno Damiani — Ivan Bonato — Octávio Cardoso

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

MENSAGEM

Nº 259, de 1986

(Nº 390/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item III, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Paulo da Costa Franco, Ministro de Primeira Classe, de Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, nos termos do § 2º do art. 24 do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985.

Os méritos do Embaixador Paulo da Costa Franco, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 6 de agosto de 1986. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum — Vitae:

Embaixador Paulo da Costa Franco
Jaguarão/RS, 10 de novembro de 1923.

Filho de Álvaro da Costa Franco e
Gilda Furquim Werneck da Costa Franco.

Curso de Prática Diplomática, IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, 15 de dezembro de 1945.

Segundo-Secretário, antigüidade, 30 de outubro de 1952.

Primeiro-Secretário, antigüidade, 24 de outubro de 1961.

Conselheiro, título, 4 de maio de 1962.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de setembro de 1968.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Assistente do Chefe do Serviço de Documentação, 1946.

Assistente do Chefe do Departamento Político, 1955/56.

Assistente do Secretário-Geral, 1956.

Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1962/63.

Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1958/69.

Secretário-Geral-Adjunto, substituto, para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1969.

Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1969/70.

Londres, Vice-Cônsul, 1948/50.

Helsinki, Terceiro Secretário, 1950/52.

Helsinki, Encarregado de Negócios, 1950, 1951 e 1952.

Bonn, Terceiro-Secretário, 1952.

Bonn, Segundo-Secretário, 1952/54.

Viena, Segundo-Secretário, 1957/59.

Tel-Aviv, Segundo-Secretário, 1959/61.

Tel-Aviv, Encarregado de Negócios, 1960.

México, Segundo-Secretário, 1961.

México, Primeiro-Secretário, 1961/62.

México, Encarregado de Negócios, 1961 e 1962.

Berlim, Cônsul, 1963/68.

Assunção, Cônsul-Geral, 1970/72.

Tóquio, Ministro-Conselheiro, 1972/74.

Tóquio, Encarregado de Negócios, 1973 e 1974.

Daca, Embaixador, 1975/76.

Beirute, Embaixador, 1977/82.

Amam, Embaixador, cumulativamente, 1978/82.

Bangkok, Embaixador, 1982/86.

Repúblicas Socialistas da União da Birmânia, Embaixador, cumulativamente, 1983.

Comissão de Reparação de Guerra, 1947, 1955 e 1956 (membro).

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente do Peru, 1956 (membro).

À disposição do Cerimonial da visita da Rainha da Inglaterra, 1968.

II — Conferência Geral da AIEA, Viena, 1958 (membro).

Reunião dos Países da Área de Conversibilidade Limitada, Londres, 1959 (observador).

Reunião dos Chefes de Setores Culturais do MRE e Educação dos Países Membros da OEA, Washington, 1963 (representante).

XXVII Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1972 (delegado-suplente).

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Leão da Finlândia, Cavaleiro, Finlândia.

Ordem da República Federal Alemã.

Ordem do Mérito, Áustria.

Ordem do Mérito, Japão.

Ordem "Michael and George", Grã-Bretanha.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Líbano.

O Embaixador Paulo da Costa Franco se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de 1986. — Paulo Monteiro Lima, Chefe do Departamento do Pessoal.

(*À Comissão de Relações Exteriores.*)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O País viu, no mês passado, precisamente no dia 11, transcorrer o sesquicentenário de nascimento de um dos mais insígnies vultos da sua música. Refiro-me ao genial Antônio Carlos Gomes, de origem modesta, integrante de família numerosa e que começou a revelar os pendorres da sua arte em Campinas, berço natal, regendo a banda da cidade.

Teve existência de dificuldades e atribulações, como costuma acontecer com os gênios.

Sua primeira composição a receber boa acolhida do público foi "Tão Longe, de Mim Distante", elaborada em São Paulo, quando contava apenas 23 anos.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, obteve, com o amparo do Imperador Pedro II, fervoroso incentivador das artes, matrícula no Conservatório Nacional de Música, então dirigido pelo famoso Francisco Manoel da Silva.

No ambiente novo, não tardaria a surgir uma cançata admirável, intitulada "A Última Hora do Calvário", executada em igreja da Capital. Logo adviria a primeira ópera — "A Noite do Castelo" — saudada entusiasticamente. Pouco depois, outra, "Joana de Flandres", com idêntico sucesso.

A essa época, uma aura de respeito cercava o jovem compositor, cujos altíssimos vãos já era perfeitamente legítimo admitir.

Em nome do aprimoramento artístico, impunha-se a Carlos Gomes a partida para um centro musical mais adiantado. Assim, foi ele ter a Milão, onde, com trinta anos de idade, recebia a láurea de maestro-compositor.

Foi ali que teve lugar a composição da imortal ópera "O Guarani", inspirada no romance do mesmo nome de José de Alencar. Estreada no célebre Teatro Scala, mereceu a consagração geral e foi encenada em diversas casas de espetáculo do Velho Continente.

Desconheço, Sr. Presidente, brasileiro que não sinta uma emoção, um estremecimento patriótico, uma vibração de nacionalidade, ao escutar os acordes maviosos de "O Guarani".

No dia da estréia, Carlos Gomes também regeu a orquestra. Duplo e magnífico triunfo desse patricio que tanto engrandece a nossa História!

Entre as suas numerosas produções, encontram-se, mais admiradas, "Fosca", "Maria Tudor", "Salvador Rosa", apresentadas primeiramente na Itália, e "O Escravo", baseada em livro do nosso Taunay, ópera exibida em estréia no Brasil e festivamente acolhida pelo público.

Impossível deixar de lembrar também "A Protofonia", uma de suas árias de maior popularidade.

Depois de haver ascendido aos píncaros da glória, Sr. Presidente, esse artista extraordinário acabou morrendo pobre, doente, entristecido.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com grande satisfação.

O Sr. Jorge Kalume — Nobre Senador Jamil Haddad, posso afirmar a V. Exª que toda a Casa está atenta a esta justa homenagem que V. Exª está prestando pelo sesquicentenário do grande brasileiro que projetou o Brasil, Carlos Gomes. Nós nos antecipamos: já durante o mês de julho usei esta tribuna para homenagear esse grande patricio que soube engrandecer a arte musical. V. Exª, hoje, cumpre um dever de brasilidade, de civismo, enaltecendo as qualidades desse brasileiro, nascido em São Paulo e que, durante a sua vida, apesar de desprovido de bens materiais, era um homem rico de cultura, pela inteligência, e que, por onde passou, deixou marcada não a sua presença, mas a do Brasil. Muito obrigado.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Jorge Kalume, V. Ex^a, nesta Casa, tem enaltecido as grandes figuras da nossa nacionalidade. Já havia feito, segundo informa no seu aparte, um pronunciamento a respeito do inesquecível Carlos Gomes. Espero que este meu pronunciamento de hoje seja um suplemento ao pronunciamento feito por V. Ex^a, porque todos nós devemos incentivar as artes e a cultura deste País, enaltecendo aqueles que, num passado remoto, conseguiram projetar-se internacionalmente, levando o nome do nosso País além das fronteiras.

Sr. Presidente, hoje o nome de Carlos Gomes é conhecido e amado em todos os rincões do Brasil.

Por estes motivos, em atenção à memória nacional, julguei indispensável registrar nos Anais do Senado da República o sesquicentenário de nascimento do maestro-compositor Carlos Gomes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No mês de junho, ocupei esta tribuna para protestar contra o novo horário instituído pelo Conselho Monetário Nacional para os bancos, cujo expediente tem início às 11 horas e 30 minutos.

Já disse, por várias vezes, que qualquer autoridade deste País tem de conhecer, antes de tudo, os hábitos e a geografia física do nosso País. Estamos num continente que é o Brasil, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados e defasado demograficamente. Não se pode legislar para o Brasil mormente em assunto dessa natureza. Temos que considerar o clima, temos que considerar a dificuldade de comunicação que existe, principalmente na Amazônia. Esse horário, hoje, iniciando-se às 11 horas e 30 minutos, está contribuindo para irritar a população da Amazônia.

Percorrendo o Estado do Acre, para meu espanto, vi verdadeiras filas aguardando a abertura do expediente dos bancos para o atendimento: velhos sentados na grama ou nas calçadas, enquanto o banco não inicia o seu trabalho. Nessas filas, das quais aproximei-me em várias cidades do Acre, sentia o amargor daquelas pessoas que ali se encontravam.

Mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de fazer um apelo ao Banco Central, para que retorne o horário antigo, pelo menos para a Amazônia, onde se terá que levar em consideração também, outros fatores, o fuso horário. Entre o Acre e a Capital da República temos duas horas de diferença para menos. Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Santarém e outras cidades do Pará têm uma hora de diferença.

Portanto, tudo isso pesa contra o usuário. Daí por que estou certo de que esses fatores — fuso horário, clima, dificuldade de comunicação — contribuam para sensibilizar os legisladores que se encontram sob o teto de luxo e sob o conforto do ar condicionado. Que larguem o ar condicionado, que larguem as mordomias e percorram o interior do Brasil, em especial do Acre e da Amazônia.

É o apelo, Sr. Presidente, que faço desta tribuna, nesta tarde, às autoridades monetárias, às autoridades da área econômico-financeira, para que fiquem sensibilizadas e reestudem o problema. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O *Correio Braziliense*, na sua edição de hoje, fornece a matéria para as breves considerações que desejo fazer na tarde de hoje.

Tanto na primeira como na página terceira, este grande matutino brasiliense chama a atenção para a ação, para os propósitos do Governo relativamente ao uso dos bancos nas eleições de novembro deste ano.

Entendo que o papel das oposições não se resume no criticar, no atacar, no ferir os poderes constituídos, as ações governamentais. Não. Muitas vezes aqueles que fazem oposição, aqueles que estão na Oposição, aqueles

que não integram o esquema político-governamental têm também o dever de elogiar, de exaltar aquelas medidas que são de interesse geral.

Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comento, embora rapidamente, a notícia veiculada pelo *Correio Braziliense*, segundo a qual o Governo proíbe o uso dos bancos nas eleições.

Leio:

“Fazenda adverte que aplicação de recurso público com fins eleitorais deve ser proscrita.”

“Os bancos estaduais não podem ser utilizados como instrumentos da política eleitoral.” Esta foi a recomendação enfática do secretário-geral do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu, que ontem representou o ministro Dilson Funaro na cerimônia de abertura do II Encontro Nacional dos Bancos Comerciais e Estaduais.

Segundo o secretário, o uso indevido dos recursos dos bancos estaduais com finalidades políticas, nas eleições de 1982, resultou em consequências perniciosas para as finanças públicas. Alguns bancos estaduais não tiveram depois disso outra alternativa senão a de recorrer ao Banco Central em programas de consolidação de dívidas, subordinadas a severas condicionais. Além disso, algumas administrações estaduais ainda enfrentam enormes problemas financeiros em razão dos desequilíbrios herdados de suas antecessoras.

Recordo-me, neste instante, Sr. Presidente, de que foi na administração, no Governo do Piauí, do saudoso Ministro Petrônio Portella que se iniciou a recuperação do Banco do Estado do Piauí S/A. Esse processo de recuperação atingiu, mais tarde, no Governo subsequente, a sua consolidação, em consequência da qual várias agências foram estabelecidas no interior, algumas com caráter eminentemente pioneiro, desbravador.

Sr. Presidente, vale lembrar que, até bem pouco tempo, o único critério seletivo para a admissão de pessoal no Banco do Estado do Piauí S.A. foi o concurso público.

Dizer que a política jamais interferiu naquele estabelecimento seria cometer um exagero, pois que a política, a boa política interfere e deve interferir em tudo. As grandes decisões nacionais são fruto eminente do pensamento político.

Evidente que desprezo e condeno, como todos desprezam e condenam, a política de campanário, a política de perseguições, a política de transferências, a política que entrega o dinheiro do povo a uma meia dúzia de aproveitadores.

Mas há um fato que destaco dentre dezenas de fatos que poderiam ser destacados nesse instante: realizaram-se no mês anterior, no interior do Piauí, em diferentes pontos, várias exposições agropecuárias, e, nessas oportunidades, os Bancos do Brasil, do Nordeste e do Estado do Piauí compareceram e forneceram, dentro dos limites de cada qual, recursos para possibilitar a aquisição de matrizes e de reprodutores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece mentira, mas gostaria de referir até que ponto de degradação atingiu a política do meu Estado: somente as pessoas que recebiam bilhetes para entregá-los à Direção do Banco poderiam obter recursos para a aquisição de uma vaca, de uma novilha, de um reprodutor.

Isso é uma afronta não ao pequeno criador, mas é uma afronta à dignidade do próprio Banco e, por que não dizer, também uma afronta à dignidade do próprio funcionário do Banco, que é obrigado a cumprir as ordens que lhe foram transmitidas, através de bilhetes assinados por conhecidos políticos.

Até que ponto, Sr. Presidente, chegou aquele Banco, que muitos apanharam lá em baixo, que recuperaram e que o consolidaram, com o propósito de fazê-lo um instrumento acionador do desenvolvimento do Piauí.

Em boa hora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, vai procurar coibir tais abusos.

Daí os aplausos que, nesse instante, dirijo ao Ministro Funaro. Não é possível que esses bancos — os bancos estaduais — a maioria funcionando com sinal vermelho, se transformem em instrumento de meia dúzia, para fazer

aquele tipo de atividade política que todos condenamos e que já deveria ter sido erradicada do mapa da geografia nacional.

Que o Ministro Funaro, além dessa notícia anunciada hoje no jornal *Correio Braziliense*, adote outras medidas, a fim de evitar que os bancos estaduais enodoem a verdadeira política e que, ao invés de servirem a poucos, possam servir, como serviram no passado, ao maior número possível de clientes.

Os meus aplausos, pois, ao Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, no instante em que toma para valer em todo País, uma medida altamente moralizadora. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, tive oportunidade de aventar um assunto relacionado com a Caixa Econômica Federal, especialmente a afirmação que achei injusta e, de certa forma, desprimorosa, do Presidente da Caixa Econômica Federal, o ex-Senador Marcos Freire, de que o grande número de agências que havia aberto esse órgão, no Governo passado, resultava de uma política megalomaniaca, e que, para fazer uma política austera, para ajustar-se ao Plano Cruzado, precisava fechar agências, dispensar estagiários, que hoje somam 20 mil pessoas, e cortar 30% da função gratificada dos cargos comissionados.

Eu não sabia, Sr. Presidente, e não podia prever que, hoje, uma das matérias dos jornais seria esta, não o meu discurso, mas matéria da Caixa Econômica Federal, como a que publica o *Jornal de Brasília*, dizendo: “Protesto leva a Caixa a parar por 24 horas.” Depois, diz: “Tribunal de Contas da União vê mordomia na Caixa Econômica Federal”.

Eu pensava, Sr. Presidente, que um Presidente austero, que critica uma política megalomaniaca, fosse incapaz, por exemplo, de contratar um jatinho a 600 mil cruzados por mês, 600 milhões de cruzeiros por mês, para ficar à sua disposição, voe ou não voe, sirva ou não sirva. Eu não imaginava que um homem tão austero e tão crítico fosse capaz disso. Vá lá que ele tivesse mandado adaptar um gabinete no Recife para despachar de lá o seu expediente de Presidente de uma empresa pública federal, com isso satisfazendo também a seu interesse político-eleitoral até disso não me ocupei. Agora, dessas coisas absurdas não se pode, Sr. Presidente, deixar de fazer menção.

Coincidentemente, vejo que, no *Jornal de Brasília* um diretor de outro Banco, do BAMERINDUS, diz que o seu Banco teve excepcional desempenho no primeiro semestre, que teve um lucro líquido de 112 milhões, 54 mil e 101 cruzados, que esse resultado se deve, em parte, à extensão da sua rede de agências. Então, um Banco festeja o seu resultado devido à capilaridade da sua rede, uma rede que abrange maior número de municípios. E outro Presidente de uma empresa pública diz que o déficit, o mau resultado de sua empresa deve-se ao grande número de agências e a uma política megalomaniaca.

Dizia ontem, Sr. Presidente, e repito hoje: não foi em decorrência de uma política megalomaniaca que a Caixa abriu agências em mais de 2 mil municípios brasileiros. É que o Banco do Brasil, o BRADESCO, o ITAÚ, o Econômico, o BAMERINDUS e todos abriam, prestavam serviços, captavam em grande número de municípios, e a Caixa não podia ficar para trás, tinha também de competir, o mercado era altamente competitivo.

Ressaltava, ontem, que a Caixa, acima de tudo, era um Banco social: era, eu esperava que continuasse sendo, um Banco social; que em alguns lugares, é certo, abrisse agências deficitárias, porque em outros teria agências altamente lucrativas. É que a Caixa precisava estar presente em todos os municípios, quer com a justificativa do desenvolvimento do município, quer para propiciar o desenvolvimento de alguns municípios que não tinham nenhuma agência bancária.

Vejo, portanto, que o Catão que nos censurava está às voltas com o Tribunal de Contas por uma série de coisas que o jornal notícia e que está dando explicações, segundo leio.

Hoje, me solidarizo com o pessoal da Caixa que está fazendo greve de advertência.

O Sr. Jorge Kalume — Concederia, V. Ex^a, um aparte, nobre Senador Octávio Cardoso?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Em seguida, nobre Senador Jorge Kalume.

Realmente, dispensar estagiários que fazem a linha de frente da Caixa, que são estudantes que precisam desse trabalho para a sua manutenção e para o custeio de seus estudos, e esse contrato é por apenas um ano, porque a Caixa não prorroga o contrato, para evitar o vínculo empregatício, e porque a admissão da Caixa só se faz por concurso público e o estagiário é recrutado por outra forma que não o concurso, não vejo porque dispensar esses 20 mil estagiários ou parte deles de famílias pobres, jovens que precisam da Caixa e daí se encaminham para outras ocupações, se profissionalizam, se capacitam. Além do mais Sr. Presidente, fazer economia na Caixa Econômica Federal, tirando 30% da comissão dos que exercem cargo de confiança, que é justamente o pessoal mais capacitado da Caixa, não que os outros não o sejam, mas esses têm uma bagagem de conhecimento.

Recordo-me, quando era Diretor de Pessoal da Caixa, elaboramos um plano de carreira, em que se previa a ascensão na Caixa através do critério de mérito, de competência, levando em conta também a escolaridade, e, então fui advertido mas, Diretor, como é que o Senhor vai levar em conta a escolaridade para alcançar o topo da carreira, quando são inúmeras as agências no interior e são inúmeros os servidores que não podem cursar os cursos superiores, porque estão ocupados em ganhar o seu sustento, entretanto fazem carreira com alta capacidade na Caixa, e ao cabo de 10, 15 e 20 anos, essas pessoas são formadas, não na universidade formal, na Faculdade de Direito, de Química, de Engenharia, de Farmácia, de Medicina, mas são formados na "universidade" da Caixa? Eles são especialistas no seu ramo, na sua ocupação.

Então, fizemos com que, mesmo aqueles que não tivessem títulos, não tivessem a escolaridade, mas tivesse a competência e o tempo de serviço na Caixa, chegasse ao mais alto grau da sua carreira na Caixa Econômica, pois é esse pessoal que ocupa a Superintendência, a Chefia do Departamento de Pessoal, a Gerência de Agência, a Gerência-Geral, a Gerência de Núcleo, o cargo de tesoureiro. É esse pessoal, e são esses que têm competência, tradição, capacidade profissional, e desses é que querem tirar 30% para cobrir o déficit da Caixa, déficit originado, certamente, por isso tudo, inclusive jatinho fretado a 600 mil cruzados por mês, para que o seu Presidente possa estar presente no seu Estado de origem, onde não se elegeu Governador, mas certamente quereria estar presente, eleger-se, para fazer a política, como faz no Distrito Federal, com o pessoal da Caixa, como fizeram, agora, no Rio Grande do Sul, em que muitos Gerentes foram convocados a jantar com o Presidente do PMDB escolhido para candidato a Governador no Estado do Rio Grande do Sul.

Ora, convenhamos, a Caixa é uma instituição mais do que centenária, séria, austera, com um corpo funcional altamente profissionalizado e capacitado, e não pode estar sujeita a esse tipo de administração, administração familiar e estranha aos seus quadros dirigentes.

Ontem, expliquei por que a administração é familiar, e disso não me quero ocupar hoje.

Ouçõ V. Ex^a, nobre Senador Jorge Kalume, com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Muito obrigado, nobre Senador Otávio Cardoso. Gostaria de fazer um rápido comentário. Pela leitura que V. Ex^a fez do recorte, verifiquei um verdadeiro paradoxo. Enquanto o banco particular, com a nova política econômico-financeira do Governo, está ascendendo às alturas, está crescendo, os bancos oficiais estão decrescendo, como, no caso, a Caixa Econômica. Diante das declarações também do Sr. Presidente da Caixa Econômica, sente-se que é mais a favor da política anterior, quando a inflação carroía os nossos orçamentos. Quer dizer que S. S^a não está advogando a política do Cruzado, haja vista as suas palavras transcritas no *Jornal de Brasília*, que V. Ex^a acabou de ler. Não posso aceitar que, enquanto o Banco privado

crece, se agiganta, como é o caso do BAMERINDUS, que está criando novas agências, a Caixa Econômica, através do seu Presidente, tem a coragem de declarar que vai fechar agências, porque está tendo prejuízo no seu movimento. O que o nosso Presidente tem que fazer é o que os bancos privados fazem: acabar com a mordomia; como V. Ex^a mesmo acabou de ler, entregar esse avião particular, que só serve para aumentar os custos da Caixa e outras despesas mais. Reduzindo-as, a Caixa Econômica passa a flutuar ou a se nivelar aos bancos particulares, sem prejudicar os seus funcionários, que são dedicados. A Caixa Econômica para eles, hoje, é a continuação de seus lares. A Caixa Econômica para nós é como o Banco do Brasil, representa uma instituição nacional, é um patrimônio do Brasil. Portanto, quero aplaudir V. Ex^a por essas palavras. Estou de acordo com a greve dos funcionários, uma forma de fazer valer os seus direitos. Não aceito essa política de menosprezo que a Direção da Caixa Econômica Federal, através do seu Presidente, está adotando contra os seus funcionários e contra as suas agências instaladas por todo o Brasil. Parabéns a V. Ex^a por esta sua bravura de ontem e de hoje, verberando esses fatos.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu dizia ontem, Sr. Presidente, e quero repetir hoje, que admito que a administração atual não tem nada que ver com o que se fez na administração anterior. Pode mudar tudo. Pode mudar tudo, até porque mudou a política do Governo. Agora, tem de justificar a sua mudança para esse critério, tem de adaptar-se ao Plano Cruzado. Não existe mais a correção monetária. Não pode querer encobrir a sua incompetência, porque hoje a Caixa Econômica Federal não está financiando a habitação do pobre nem da classe média, não há operação de crédito pessoal, não financia automóvel, está com o crédito restrito aos bens de consumo durável. A única linha que está operando, hoje, ainda na Caixa, é o pênhor. Agora, se alguém se apresentar numa agência com um cartão de um prócer importante do PMDB, leva alguma coisa.

Esta não é a tradição da Caixa Econômica Federal, esta não é a linha da Caixa.

Então, admito que o atual Presidente ajuste a política da Caixa ao Plano Cruzado, mas que cessem essas suas críticas à administração passada, porque a sua "austeridade" como Presidente seguramente não o recomenda como crítico.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. OCTÁVIO CARDOSO EM SEU DISCURSO:

Jornal de Brasília, 7-8-86 — Pág. 4

PROTESTO LEVA CAIXA A PARAR POR 24 HORAS

Os funcionários da Caixa Econômica Federal em Brasília decidiram entrar em greve por 24 horas, a partir de zero hora de ontem, em protesto contra as medidas anunciadas pelo Presidente da instituição, Marcos Freire, de contenção de despesas operacionais, que acarretaram cortes de benefícios adquiridos pelos funcionários.

A decisão pela greve foi tomada em assembléia realizada pelos servidores da Caixa em frente ao edifício-sede do órgão, em Brasília, e é considerada por eles como "apenas uma paralisação de advertência".

Entre as medidas anunciadas por Freire e que levaram à paralisação incluem-se o corte das comissões, a redução dos cargos comissionados, o fechamento de agências deficitárias e a retirada do subsídio à alimentação. Na opinião dos grevistas, o corte das comissões e dos cargos comissionados reduzirá à metade os salários de aproximadamente 15 mil funcionários.

Lembram os líderes do movimento que o déficit alegado pela direção da Caixa está ocorrendo em função da política econômica implantada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central e que as despesas deveriam ser reduzidas também pelo lado das mordomias e com a dispensa de assessores mantidos por Freire, "que não pertencem ao quadro de funcionários".

Denúncias

As lideranças grevistas de várias agências apontam entre as mordomias "que vêm minando os cofres da entidade", a contratação irregular de um jatinho da empresa Líder Táxi Aéreo, colocado à disposição de Marcos Freire, pelo qual são pagos mensalmente Cz\$ 600 mil, sendo ou não utilizado.

São denunciadas ainda pelos servidores, contratações de parentes de Freire, inclusive sua própria esposa, para atuar em assessorias diversas; o empréstimo de 53 apartamentos funcionais da Caixa para políticos e amigos do presidente — enquanto um funcionário transferido para Brasília tem que pagar aluguel; o pagamento de horas extras, no valor de Cz\$ 30 mil mensais, a um vigilante a serviço exclusivo de Marcos Freire.

Garantem os grevistas que somente com o dinheiro gasto com o aluguel do jatinho a Caixa poderia manter o subsídio à alimentação dos servidores e até mesmo pagá-la integralmente, "mas no restaurante dessa mesma diretoria que pretende cortar o subsídio à alimentação dos funcionários são servidos pratos sofisticados, como lagosta".

Outras reclamações dos funcionários referem-se aos cortes de estagiários e das funções de confiança, além das denúncias de que a Delegacia Regional do Trabalho jamais procurou apurar o desrespeito à jornada de trabalho, quando gerentes de determinadas agências pressionam os servidores a trabalhar das 7 às 20 horas, com intervalo de apenas uma hora para almoço.

A diretoria do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal denuncia a "ação dos banqueiros na chamada Nova República", e que não se deve negociar direitos adquiridos, e sim o reajuste de 1986/1987. Os comandos de greve estarão distribuindo hoje uma carta aberta à população, explicando o movimento; "Estamos defendendo a Caixa, como patrimônio da Nação. Marcos Freire está denegando a imagem da Caixa Econômica" — concluem.

TCU VÊ MORDOMIA NA CEF

As irregularidades na Caixa Econômica Federal foram constatadas por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), feita entre os dias 12 e 15 de maio último. Convocado para apresentar justificativas, Freire disse ao TCU que o contrato do jatinho havia sido rescindido, prometendo sanar outras irregularidades.

Na área de pessoal, a auditoria do Tribunal constatou a cessão de seis empregados à Justiça Federal de São Paulo e Rio de Janeiro, em desacordo com o decreto que disciplina o assunto, e o pagamento de dois salários ao diretor do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), Christiano Guimarães Fonseca.

Sobre imóveis funcionais, o TCU constatou a falta de recolhimento das taxas de ocupação das residências localizadas no Lago Sul, dois diretores residindo em hotéis, com diárias pagas pela Caixa; cessão de um imóvel ao presidente da Dibrazem, ocupação irregular de 14 imóveis funcionais no Distrito Federal e locação irregular de imóveis fora do Distrito Federal.

Na área de transporte, o TCU descobriu que o Presidente Marcos Freire alugou, sem concorrência pública, um jatinho para transportá-lo em viagens pelo País e ainda falha no controle de consumo de combustíveis e empréstimo de veículo a terceiros. Finalmente, o TCU verificou que a Caixa repassa recursos em excesso para os restaurantes administrados pela associação de funcionários. Em resposta, Marcos Freire cortou esse subsídio. O tribunal também exigiu que a Caixa encaminhe ao órgão os comprovantes de recolhimento das taxas de ocupação das mansões do Lago Sul, onde residem diretores, inclusive Marcos Freire.

Jornal de Brasília, 7-8-86 — Pág. 11

DEPÓSITOS NO BAMERINDUS CRESCEM 368% NO SEMESTRE

Sem lançar mão da permissão do Banco Central de diferir as perdas e as despesas de ajustamento ao Plano de Estabilização Econômica, o Banco Bamerindus do Brasil apresentou ao final do primeiro semestre deste ano, um lucro líquido de Cz\$ 112.054.101,00. Um resultado anali-

sado pelo Presidente do Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, como consequência da política adotada pela instituição ao longo dos últimos três anos, que teve como principais características o aperfeiçoamento na área de informática, onde foram investidos mais de 500 milhões de cruzados, e na extensão de sua rede, meta que consumiu mais de um bilhão de cruzados.

Outro ponto destacado por Andrade Vieira, ao anunciar os resultados do Bamerindus, foi a excelente performance registrada nos depósitos à vista, que tiveram uma evolução de 368 por cento sobre o semestre anterior, atingindo Cz\$ 12.659.277.612,00 em 30 de junho último, que, somados os depósitos a prazo no total de Cz\$ 2.482.223.596,00 ultrapassou, no conjunto, a casa dos 15 bilhões de cruzados.

Novas Agências

A expansão da rede de agências do Bamerindus em todo o País prossegue dentro dos planos da diretoria que, além das dez agências recentemente inauguradas, prevê para os próximos doze meses a abertura de mais 90 agências com distribuição para todos os Estados brasileiros, com especial ênfase para o interior paulista.

Com relação ao programa de informática, Andrade Vieira assinalou que o Bamerindus já possui 209 agências e postos de atendimento funcionando através do sistema "on-line", estando prevista a incorporação de mais 51 agências até o final deste ano, melhorando o padrão de serviço e reduzindo os custos operacionais. Dentro dos novos investimentos previstos para os próximos doze meses está também a implantação do Projeto Procomp, que prevê a total automatização da quase totalidade da rede de agências do Bamerindus.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída do Projeto de Lei da Câmara nº 31/86; Projeto de Resolução nº 35/86; Requerimentos nºs 97 e 160, de 1986, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Gaudêncio.

O SR. AMIR GAUDÊNCIO (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Líderes, Srs. Senadores:

Quero, desta tribuna, tratar do polêmico problema fundiário brasileiro, face às últimas notícias publicadas pela imprensa nacional.

O Presidente José Sarney, ao anunciar, em junho do ano próximo passado, o Plano de Reforma Agrária, assegurava o direito à propriedade, quando disse: "quem produzir não tem temor". Disse mais o Presidente: "a reforma agrária não violentará as propriedades".

Inicialmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os condutores da reforma agrária levaram o Presidente José Sarney a uma situação desconfortável, quando da assinatura do decreto desapropriando a cidade de Londrina. Não entendemos. Seria uma reforma agrária exótica destruir uma cidade para se plantar. Agora expõem novamente o Presidente José Sarney a um vexame, levando-o a assinar decreto de desapropriação de terras comprovadamente produtivas nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo que no elenco dessas propriedades está São Joaquim, que recebera do INCRA um prêmio pela sua produtividade.

Os equívocos têm sido tantos neste setor que parece obra de inimigos íntimos do Governo.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está sendo montado um plano para frustrar a aplicação pacífica da reforma agrária, concebida patrioticamente pelo Presidente José Sarney. Ai estão as declarações da CUT, defendendo a invasão das propriedades, sob a alegação de que toda propriedade deve ser um bem coletivo, ai estão as declarações dos membros da CNBB, de alguns bispos, que defendem a invasão das propriedades como uma maneira de pressionar a reforma agrária. E, para surpresa nossa, vem agora o Presidente da OAB, Dr. Hermann Baeta, estimulando também a invasão das propriedades.

Está assim, Sr. Presidente, formado o mutirão que irá contestar a ordem jurídica, social, política e econômica da Nação. Essas posições maniqueístas vão acarretar uma cizânia entre os nossos irmãos do campo e vão estabelecer uma inconveniência social no setor primário brasileiro.

É chegada a hora de o Presidente José Sarney ouvir o conselho e a orientação desse extraordinário homem de cultura, o cientista social Hélio Jaguaribe. S. S. diz: "é preciso rever a perspectiva municipalista da reforma agrária, tanto da Igreja, como do INCRA; deve-se abandonar esse critério que se deve dar à terra onde o homem está ou onde ele nasceu ou onde é batizado".

Prega ainda esse cientista social que a reforma agrária deve ter dois parâmetros, devem ser vislumbradas duas situações: "a terra sem o homem e o homem sem terra". Com o equilíbrio dessas duas assertivas poderemos encontrar o caminho pacífico para se realizar uma reforma agrária justa, sem luta de classe, mais ainda, ocupando este imenso território nacional, ainda abandonado, mas que, cultivado, produzirá muitas riquezas, e, tenho certeza, abrir-se-ão novos horizontes no setor primário brasileiro.

Acredito que, com essa adequação de terra sem homem e homem sem terra, o Presidente Sarney poderá conduzir exitosamente esta grande dívida social que o Governo brasileiro tem para com aqueles que nas mais longínquas regiões controem a riqueza de nossa Pátria.

É preciso, portanto, que o Presidente retome este grande problema, para evitar que transformemos o Brasil em Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. O problema é de profunda gravidade. Se essas cautelas não forem tomadas, correremos o risco de mergulhar num profundo deslize.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são as nossas preocupações quanto aos desvios da reforma agrária. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está esgotada a lista de oradores.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1986

(Em regime de urgência — art. 371, B, do Regimento Interno.)

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1986 (nº 7.596/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos nos postos judiciais da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES ORAIS FAVORÁVEIS, proferidos em plenário, das Comissões:

— do Distrito Federal; e
— de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 409, de 1986), que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 1986, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 195, inciso I do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de sua autoria, que "altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho".

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 1986, de autoria do Senador Cid Sampaio, solicitando, nos termos dos arts. 75, 75-A, 76 e 77 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Especial, composta de 7 membros para, no prazo de 180 dias, realizar estudos sobre a Reforma Tributária, tendo

PARECER ORAL FAVORÁVEL, proferido em plenário, da Comissão:

— de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

MESA

Presidente
José Fragelli
1º-Vice-Presidente
Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente
Passos Pôrto
1º-Secretário
Enéas Faria
2º-Secretário
João Lobo
3º-Secretário
Marcondes Gadelha
4º-Secretário
Eunice Michiles
Suplentes de Secretário
Martins Filho
Alberto Silva
Mário Maia
Benedito Canelas

LÍDERES DO GOVERNO NO SENADO

LIDERANÇA DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Líder
Alfredo Campos
Vice-Líderes
Nelson Carneiro
Fernando Henrique Cardoso

Gastão Müller
Hélio Gueiros
João Calmon
Martins Filho
Pedro Simon
Saldanha Derzi
Severo Gomes

LIDERANÇA DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Líder
Carlos Chiarelli

Vice-Líderes
Américo de Souza
Nivaldo Machado
José Lins
Odacir Soares

LIDERANÇA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Líder
Murilo Badaró

Vice-Líderes
Jorge Kalume
Moacyr Duarte
Octavio Cardoso
Roberto Campos
Virgílio Távora
Gabriel Hermes

LIDERANÇA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Líder
Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Líder
Jaison Barreto
Vice-Líderes
Raimundo Parente
Mário Maia

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Líder
Jamil Haddad
Vice-Líder
Claudionor Roriz

LIDERANÇA DO PARTIDO DE- MOCRATA CRISTÃO — PDC

Líder
Mauro Borges

LIDERANÇA DO PARTIDO LIBERAL — PL

Líder
Itamar Franco
Vice-Líderes
Benedito Canelas
Cid Sampaio

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretor: Daniel Reis de Souza

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Alexandre Costa — Sala da Comissão de Assuntos Regionais. Andar térreo

Telefones: 223-6244 e 211-4141 — Ramais: 3487, 3488 e 3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco Guilherme T. Ribeiro

Local: Edifício Anexo das Comissões — Ala Senador Alexandre Costa — Sala da Comissão de Assuntos Regionais — Térreo.

Telefone: 211-4141 — Ramais: 3490 e 3491

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Martins Filho
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

PDS

Suplentes
1. Moacyr Duarte
2. Benedito Ferreira
3. Galvão Modesto

PMDB

1. Álvaro Dias
2. Martins Filho

PFL

1. Benedito Canelas
2. Vago

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal: 3492
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho — Anexo das Comissões — Ramal: 3378.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Lins
Vice-Presidente: Alberto Silva

PDS

Suplentes
1. César Cals
2. João Castelo
3. Carlos Alberto

1. Alexandre Costa
2. Lomanto Júnior

PMDB

1. Alberto Silva
2. Cid Sampaio

PFL

1. José Lins
2. Nivaldo Machado

Assistente: Luiz Fernando Lapagasse — Ramal: 3493.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa — Anexo das Comissões — Ramal: 3024.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — (CCT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Vago

Vice-Presidente: Vago

Titulares

1. César Cals
2. Virgílio Távora

Suplentes

PDS

1. Benedito Ferreira
2. Alexandre Costa

PMDB

1. Severo Gomes
2. Mauro Borges

PFL

1. Vago
2. Carlos Lyra

Assistente: Antonio Carlos P. Fonseca

Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas. Ramal — 3493

Local: Sala da Comissão de Minas e Energia, na Ala Senador Alexandre Costa — Anexo das Comissões. — Ramal: 3652.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ignácio Ferreira

1º-Vice-Presidente: Helvídio Nunes

2º-Vice-Presidente: Nivaldo Machado

Titulares

1. Helvídio Nunes
2. Moacyr Duarte
3. Octávio Cardoso
4. Lenoir Vargas

Suplentes

PDS

1. Roberto Campos
2. Amaral Furlan
3. João Castelo

PMDB

1. José Ignácio Ferreira
2. Fábio Lucena
3. Hélio Gueiros
4. Jutahy Magalhães
5. Martins Filho

PFL

1. Vago
2. Américo de Sousa
3. Luiz Cavalcante
4. Nivaldo Machado

PTB

1. Nelson Carneiro

Assistente: Vera Lúcia L. Nunes — Ramais: 3972 e 3987.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas.

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa — Anexo das Comissões — Ramal: 4315.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Humberto Lucena
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

1. Lomanto Júnior
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa

Suplentes

PDS

1. César Cals
2. Helvídio Nunes
3. Galvão Modesto

PMDB

1. Mauro Borges
2. Henrique Santillo
3. Mário Maia
4. Humberto Lucena

PFL

1. Lourival Baptista
2. Vago
3. Carlos Lyra

Assistente: Kleber Alcoforado Lacerda — Ramal: 4064.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa — Anexo das Comissões — Ramal: 3168.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Castelo
Vice-Presidente: Álvaro Dias

Titulares

1. Virgílio Távora
2. Gabriel Hermes
3. João Castelo

Suplentes

PDS

1. Moacyr Duarte
2. Lenoir Vargas
3. Amaral Furlan

PMDB

1. Severo Gomes
2. Cid Sampaio
3. Álvaro Dias
4. Henrique Santillo

PFL

1. Carlos Lyra
2. José Lins
3. Albano Franco

1. Benedito Canelas
2. Américo de Souza